Aplvg — Área do Plano de Lavra sem qualquer intervenção. Define-se subtraindo à área do plano de lavra, as áreas da escavação, áreas já recuperadas e em recuperação dentro do Plano de lavra e a área dos anexos (caso estes estejam dentro do Plano de Lavra).

Ctrec — Custo total do projeto aprovado para a execução do Plano de recuperação paisagístico

e será notificada à José Aldeia Lagoa & Filhos, S. A. no prazo de 45 dias após a apresentação do primeiro programa de trabalhos e após a notificação a José Aldeia Lagoa & Filhos, S. A. tem um prazo de 45 dias para apresentar reforço da caução ou prestação de caução para a componente variável.

Encargos de exploração: Pagar à Direção Geral de Energia e Geologia um encargo anual no montante de 1.500 €, independentemente da exploração, a que acresce uma percentagem de 3 % sobre o valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados, sujeitos a revisão, por mútuo acordo, decorridos 5 anos e no fim de cada período de 5 anos.

No caso de a concessão ser declarada na situação de suspensão ilícita, o valor do encargo anual é sempre de 5.000 €, sem prejuízo do seguimento do procedimento de rescisão do contrato de concessão por parte do Estado.

Caducidade: Sempre que se verifique algum facto suscetível de conduzir à extinção da José Aldeia Lagoa & Filhos, S. A. esta dará disso conhecimento imediato à DGEG e adotará as medidas em face das circunstâncias do caso, melhor se ajustem às finalidades do presente contrato.

19 de novembro de 2013. — O Diretor de Serviços, *José Silva Pereira*.

307411332

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso n.º 2481/2014

Recrutamento de um assistente técnico em regime de mobilidade interna

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., pretende recrutar, mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º a 63.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, um assistente técnico, na área funcional de contabilidade/tesouraria:

a) Caracterização da oferta:

Mobilidade interna: na categoria

Carreira e categoria: assistente técnico

Número de posto de trabalho: 1

Remuneração: a detida pelo trabalhador na carreira/categoria

b) Caracterização do posto de trabalho:

Atividades no âmbito da contabilidade/tesouraria:

Lançamento, conferência e análise dos movimentos diários de tesouraria;

Assegurar o pagamento de faturas e documentos equivalentes;

Emissão de documentos comerciais;

Emissão de meios de pagamento;

Elaboração de reconciliações bancárias;

Realização de pagamentos e recebimentos através de fundo de maneiço;

Atendimento ao público.

c) Requisitos de admissão:

Relação jurídica: Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previamente estabelecida com a Administração Pública Central.

Local de trabalho: Direção de Gestão Financeira, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 5, 1099-019 Lisboa.

d) Prazo para apresentação das candidaturas:

10 dias úteis a contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

e) Formalização da candidatura:

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do IHRU, I. P., acompanhado do *Curriculum Vitae* detalhado.

Estes documentos podem ser enviados por correio eletrónico para:

essales@hru.pt ou mcastro@ihru.pt, ou por correio registado, ou entregue diretamente no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., Direção de Administração e Recursos Humanos, 6.º, Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 5, 1099-019 Lisboa.

f) Seleção de candidatos:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise do *curriculum Vitae*, completada com uma entrevista.

A presente oferta de emprego será igualmente publicitada em www.bep.gov.pt e em www.portaldahabitacao.pt.

5 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Vitor Manuel Roque Martins dos Reis*.

207603295

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho n.º 2640/2014

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de seleção do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural, a que se refere a alínea b) do artigo 10.º da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro, em conjugação com o artigo 11.º do Despacho n.º 14092/2012, publicado in DR, 2.ª série, n.º 210, de 30 de outubro, designadamente através da Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, propôs o Júri, como resultado do respetivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para desempenhar aquele cargo o candidato António Arlindo Santos Antunes.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de seleção aos factos apurados, considero que face a tais resultados aquele candidato possui a competência técnica e a aptidão necessárias para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respetivo concurso.

Assim, designo para o cargo de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural, o Técnico Superior António Arlindo Santos Antunes, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, diploma alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Esta designação produz os seus efeitos a partir da data do presente despacho.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de janeiro de 2014. — A Diretora Regional, *Adelina M. Machado Martins*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: António Arlindo Santos Antunes;

Idade: 56 anos;

Estado Civil: Casado;

Naturalidade: Freguesia de Toulões, Concelho de Idanha-a-Nova (Castelo Branco).

2 — Experiência profissional:

a) Desde 21 fevereiro de 2013, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural da DRAP Centro, em regime de substituição;

b) De 24 de outubro de 2012 a 20 de fevereiro de 2013, Responsável da Divisão de Desenvolvimento Rural da DRAP Centro;

c) De 2 de outubro de 1989 a 24 de outubro de 2012, Técnico Superior da DRAP Centro, desenvolvendo serviços nas seguintes áreas:

Representante da DRAP Centro nos Conselhos Estratégicos das Reservas e Parques Naturais do Tejo Internacional, Serra da Estrela, Serra da Malcata, Serra do Açor, Paul da Arzila, Serras de Aire e Candeeiros, Dunas de S. Jacinto e Douro Internacional;

Funcionamento e dinamização da Rede Rural Nacional (Ponto Focal da Região Centro) e do Programa da Rede Rural Nacional (Áreas de Intervenção 1, 2, 3 e 4);

Qualificação de Produtos Tradicionais com designações protegidas (DOP, IGP, ETG);

Constituição e Funcionamento das Organizações de Produtores de Fruta e Produtos Hortícolas e dos diversos setores de produtos vegetais e pecuários previstos na “OCM Única” bem como o acompanhamento dos Programas Operacionais aprovados;

Apoio ao Associativismo e Empreendedorismo agrícola;

Análise e acompanhamento de candidaturas/pedidos de apoio, ao abrigo dos seguintes programas ou medidas:

PRODER (Eixo 3 — Diversificação da Economia e Criação de Emprego, Melhoria da Qualidade de Vida, Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento, Cooperação LEADER para o Desenvolvimento);

PAMAF, Medida 5, Ação 5.2., “Incentivos aos Produtos Tradicionais Regionais”;

Medida AGRIS, Ação 2. “Desenvolvimento dos Produtos de Qualidade”, Sub — Ação 2.1. e 2.2. “Criação e Modernização de Unidades Produtoras de Produtos de Qualidade”;

Medida AGRIS, Ação 7. “Valorização do Ambiente e Património Rural”, Sub — Ação 7.2. “Preservação do Ambiente e dos Recursos Naturais”;

PROAGRI (Programa de Apoio ao Reforço da Capacidade Técnica e de Gestão das Organizações de Agricultores);

d) De março de 1989 a outubro de 1989, Responsável Técnico pelas explorações suínícolas da Intergados, S. A., (Rio Maior — Portugal).

e) De junho de 1980 a março de 1989, Responsável Técnico da Sociedade Agropecuária da Quinta do Casal, L.^{da} (Castro Marim — Portugal).

f) De janeiro de 1980 a junho de 1980, Técnico (tarefeiro) da Estação Agrária da XV Região Agrícola (atual Delegação de Tavira da DRAP Algarve).

3 — Formação académica

a) De outubro de 2009 a 20 de fevereiro de 2013, Mestre em Fruticultura Integrada pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco — Escola Superior Agrária;

b) De outubro de 1976 a abril de 1978, Técnico Estagiário — Trabalhos conducentes à apresentação e defesa do Relatório Final de Curso;

c) De outubro de 1971 a julho de 1976, Engenheiro Técnico Agrário pelo Instituto Politécnico de Santarém — Escola Superior Agrária de Santarém;

d) Em 1964, em Castelo Branco, iniciou a preparação primária na Escola da Horta d’Alva e os estudos preparatórios no ano de 1968 na Escola Comercial e Industrial.

4 — Formação profissional relacionada com a atividade desenvolvida

Curso “O Sistema de Avaliação de Desempenho de Recursos Humanos na Administração Pública” — maio de 2009;

Especialista em NP EN 45011 (Curso de Implementação da NP EN 45011) — outubro de 1998;

Especialista em Enquadramento Fiscal da Empresa Agrícola — junho de 1997;

Técnico Conselheiro em Política Agrícola Comum — outubro de 1996;

Curso de Formação de Formadores — setembro/outubro de 1994;

Técnico Analista de Projetos de Candidatura ao PROAGRI “(Programa de Apoio ao Reforço da Capacidade Técnica e de Gestão das Organizações de Agricultores) — setembro de 1990.

207605141

Despacho n.º 2641/2014

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicitação do processo de seleção do titular do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Licenciamento e Apoio Laboratorial, a que se refere a alínea b) do artigo 10.º da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro, em conjugação com o artigo 12.º do Despacho n.º 14092/2012, publicado in DR, 2.ª série, n.º 210, de 30 de outubro, designadamente através da Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de seleção, propôs o Júri, como resultado do respetivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para desempenhar aquele cargo a candidata Maria João Aguilar de Carvalho Águas.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de seleção aos factos apurados, considero que face a tais resultados aquela candidata possui a competência técnica e a aptidão necessárias para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respetivo concurso.

Assim, designo para o cargo de Chefe de Divisão de Licenciamento e Apoio Laboratorial, a técnica superior Maria João Aguilar de Carvalho Águas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 a 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, diploma alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Esta designação produz os seus efeitos a partir da data do presente despacho.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

29 de janeiro de 2014. — A Diretora Regional, *Adelina M. Machado Martins*.

Nota curricular

1 — Dados Pessoais:

Nome: Maria João Aguilar de Carvalho Águas;
Naturalidade: Vila Real.

2 — Habilitações Académicas e Profissionais:

Mestrado em Ciência e Engenharia dos Alimentos pela Universidade Técnica de Lisboa (2002);

Licenciada em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (1991);

Membro Efetivo Especialista em Engenharia Alimentar da Ordem dos Engenheiros, cédula profissional n.º 26264.

3 — Experiência Profissional:

Designada, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Licenciamento e Apoio Laboratorial da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, desde 05-10-2012;

01/04/2007 a 04/10/2012 — Nomeada, em comissão de serviço, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Licenciamentos e Apoio Laboratorial da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC);

Equiparada a Professora Adjunta a tempo parcial pela Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias do Instituto Politécnico de Castelo Branco, na disciplina de Análises de Águas e dos Alimentos — Curso de Análises Clínicas e de Saúde Pública (2000 a 2009);

29/05/2001- 31/12/2005 — Nomeada, em comissão de serviço, mediante concurso, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal da Direção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI);

2005/2007.- Coordenadora dos Laboratórios de Apoio Regional (Alcains, Fundão e Guarda) da DRABI;

1993/ 2005 — Responsável Técnica do Laboratório de Qualidade Alimentar (Alcains) da DRABI;

01/12/1992 — Início de funções na Função Pública na categoria de Técnico Superior de 2.ª classe da carreira de Engenheiro.

4 — Formação Profissional:

Curso sobre “Auditorias da Qualidade na Administração Pública” (30 horas), Fundação Bissaya — Barreto — 2011;

Curso sobre “Como redigir objetivos para a Avaliação de Desempenho” (24 horas), Fundação Bissaya — Barreto — 2009;

Curso sobre “Microbiological criteria and investigation of food-born outbreaks” (35 horas) — Directorate — General for Health & Consumers (EC) — 2009;

Curso sobre “Auditing HACCP Systems” (35 horas) — Directorate — General for Health & Consumers (EC) — 2008;

Formação sobre “Requisitos da Norma ISO 9001:2000 aplicáveis aos Laboratórios”, Auren — 2008;

Curso de FORGEP do INA (2007);

Curso sobre “pré-requisitos e requisitos do Sistema HACCP” pela SGS Portugal, S. A.;

Curso sobre “Regulamentos de Higiene dos Alimentos” (2006);

Curso sobre “Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Função Pública” (2006);

Curso de Reciclagem do Controlo e Fiscalização na área das contra-ordenações” (2002);

Curso de “Requisitos Gerais de Competência para Laboratórios — Norma EN ISO/IEC 17025 de Laboratórios” (2001);

Curso de “Manual da Qualidade” (2000);

Curso de “Planeamento e Controlo de Gestão” (1999);